



EDUCAÇÃO POPULAR E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONSTRUINDO UMA VISÃO EMANCIPATÓRIA DE EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

*POPULAR EDUCATION AND SOCIAL PARTICIPATION: BUILDING AN
EMANCIPATORY VISION OF LIFELONG EDUCATION*

Pedro de Carvalho Pontual

Conselho de Educação Popular da América Latina - CEAAL

Resumo

Este artigo visa discutir o conceito de Educação ao longo da vida a partir de uma perspectiva emancipatória ancorada na concepção político-pedagógica da Educação Popular e na concepção e prática da participação social voltada à construção de uma cidadania ativa e da democracia participativa. Diante da multiplicidade de atores que se apropriaram desse conceito de educação ao longo da vida (ELV) com distintos significados e projetos político-pedagógicos, faz-se necessário explicitar os marcos conceituais e político-pedagógicos de uma visão emancipatória do referido conceito de ELV.

Palavras-chave: Educação Popular, Participação Social, Educação ao Longo da Vida.

Abstract

This article discusses the concept of life long education since a emancipatory perspective that is anchored in the political-pedagogic concept of Popular Education and also in the concept and practice of social participation aimed at building active citizenship and participatory democracy. Given the multiplicity of actors who have appropriated this concept of education throughout life (ELV) with different meanings and political-pedagogical projects, it is necessary to clarify the conceptual and political-pedagogical frameworks of an emancipatory vision of the concept of ELV.

Keywords: Popular Education, Social Participation, Lifelong Learning.



Introdução

No momento em que se busca construir uma nova política de Educação ao Longo da Vida (ELV) e diante da multiplicidade de atores que se apropriam desse conceito com distintos significados e projetos político-pedagógicos, é importante argumentar que numa visão emancipatória a ELV precisa assumir a perspectiva da Educação Popular e da Participação Social para concretizar seus objetivos.

Na perspectiva do mercado e do modelo econômico hoje hegemônico, a ELV é vista apenas na ótica das vantagens competitivas, da empregabilidade e da aprendizagem individual de competências, como destaca Lima (2007, p. 54):

A educação vem sendo transformada num capítulo da Gestão de Recursos Humanos, orientada preferencialmente para a produção de “vantagens competitivas” no mercado global e funcionalmente adaptada à racionalidade econômica. Este novo cânone remete a educação para uma função meramente adaptativa e a cidadania para um modelo de mercado de liberdades, estritamente econômicas, dos consumidores. Neste contexto, a tradição humanista-crítica e a visão emancipatória e transformadora que caracterizam a educação popular, em alguns casos desde finais do século XIX, encontram-se fortemente obstaculizadas.

Assim, afirmar a ELV na perspectiva da Educação Popular significa atribuir-lhe a missão de promover uma cidadania ativa e transformadora e construí-la a partir das práticas da democracia participativa, objetivando um modelo de desenvolvimento integral que promova a justiça social, inclusão com equidade, sustentabilidade e superação de todas as formas de violência e discriminação. Partimos aqui da concepção de educação popular como um projeto político, pedagógico e ético que propõe uma metodologia transformadora que é válida não apenas para a escola, mas para o processo integral de transformação da sociedade. Trata-se de integrar diversas modalidades e formas de



educação e de formação, institucionalizadas ou não, desenvolvidas tanto a partir de organizações e movimentos sociais como do Estado por meio das políticas públicas.

Educação popular e cidadania ativa

Tanto a partir do campo da educação popular (EP) como das práticas de construção da cidadania em todos os níveis da sociedade, vem-se colocando, como temática a articulação sinérgica dos processos educativos com a construção da cidadania ativa.

Castilho e Osório (1997) discutem a importância da educação associada aos processos de construção da cidadania, na América Latina. Ao sintetizarem a abordagem de uma educação para a cidadania, afirmam tratar-se de uma educação voltada ao objetivo geral de formar cidadãos autônomos e críticos. Isto significa considerar a cidadania como uma qualidade social da democracia e entender que a educação deve orientar-se primordialmente no sentido do fortalecimento da democracia por meio de criação de capacidade nos cidadãos para participarem em instituições da sociedade civil, exercerem associativamente o poder de controle sobre as políticas públicas e resolverem pacificamente os conflitos,

Castilho e Osório ao discutirem a temática da educação para a cidadania, a partir da ótica da educação popular, assim sintetizam sua visão acerca da pertinência da mesma em relação à temática acima referida (1997 p.42-43):

Uma EP que promova o desenvolvimento de aprendizagens para a compreensão da realidade complexa em que se vive, e a decisão sobre os modos de intervir sobre a mesma. Neste sentido podemos dizer que a EP é uma pedagogia do público, da decisão, da construção de um sentido do comum. A EP é ela mesma uma educação cidadã, uma esfera pública. Ao falarmos em EP nos referimos à criação em distintos âmbitos (escolas, bairros, movimentos sociais, famílias) de esferas públicas que permitam que as pessoas se reúnam em lugares diversos para falar, intercambiar informação, escutar, fazer negociações.



Castilho e Osório, no mesmo trabalho, depois de se referirem a algumas das principais concepções de educação cidadã e suas formulações pedagógicas, afirmam que o ponto central é constituir uma pedagogia que suscite a necessidade de pensar em novos horizontes e orientações para a prática educativa em todos os espaços sociais. Concluindo sua reflexão, afirmam os autores acerca dos objetivos gerais de uma educação cidadã (1997 p.63):

A educação cidadã deve contribuir ao desenvolvimento de estratégias cidadãs de intervenção nas agendas públicas e à capacitação para o lobbying cidadão; às ações de interesse público e à geração de movimentos cidadãos eficientes e criativos, capazes de trabalhar como redes de atores sociais. De igual modo deve promover a apropriação crítica dos temas emergentes da cidadania, especialmente dos relacionados com a justiça, de gênero, as relações interculturais e intergeracionais, empoderamento e governo das cidades e das regiões.

O papel de uma educação cidadã no contexto atual é assim enfatizado por Brandão (2016, p. 172):

Em um mundo ainda marcado pela desigualdade, a injustiça, a restrição à liberdade, a exclusão e a crescente consagração do ideário do capitalismo neoliberal como patrimônio cultural dos princípios da vida no mundo de hoje, uma educação de pessoa cidadã deve colocar-se de preferência a favor dos pobres, dos excluídos, dos postos à margem e de todos aqueles impedidos de viver os direitos ativos de participação cidadã na vida cotidiana, por terem sido até aqui privados dos seus direitos humanos, como o do próprio acesso adequado à educação.

Nesta concepção vale resgatar ainda em Freire sua oposição à *ética de mercado* e sua proposição de revalorização da *ética universal do ser Humano* ancorada num conjunto de valores: solidariedade, autonomia, diálogo, respeito à diversidade e à diferença, tolerância, humildade, amorosidade, perseverança, gosto pela alegria e pela vida, saber conviver com as incertezas, abertura ao novo e disponibilidade à mudança.



No contexto atual, para se contrapor a uma *onda conservadora e despolitizadora* da sociedade, a construção da democracia requer conteúdo e práticas substantivas pelo fortalecimento das práticas de democracia participativa e de uma pedagogia democrática para a construção de sujeitos críticos, pensantes e para tanto de uma concepção de educação popular libertadora, transformadora, emancipadora.

Expressando o acúmulo de reflexão do CEAAL (Conselho de Educação Popular da América Latina), Céspedes (2014, p. 113) afirma:

Estamos convencidos que la educación, y no cualquier tipo de educación, sino la transformadora como la Educación Popular, es un componente clave para el desarrollo de un pensamiento crítico, la autonomía, el fomento a la ciudadanía, que permita con los actores sociales, reducir las desigualdades sociales, las discriminaciones y dar nuevas oportunidades de educación a los adultos y jóvenes para ejercer su legítimo derecho a la educación al largo de la vida .

Nas discussões de uma agenda pós 2015 e no Marco de Ação Educação 2030, aparece claramente formulado o paradigma da ELV no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS, nº 4: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (p.8). Assumir esta concepção de *educação durante toda a vida* requer uma mudança paradigmática na concepção e desenvolvimento dos sistemas educativos que deve incluir: a) educação como direito humano; b) garantia pública de oferecer serviços de qualidade para a aprendizagem permanente das pessoas no sentido do seu empoderamento, participação, reconhecimento, inclusão produtiva, tecnológica; c) readequar as estruturas escolares dos serviços educativos para jovens e adultos, para que estes respondam ao desenvolvimento de novas capacidades que a cidadania requer desenvolver em uma sociedade mais complexa e para responder de maneira mais adequada às novas ecologias de tempo e

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



novos espaços formativos que supõe a aprendizagem permanente; d) ativar políticas que reduzam a brecha digital e promovam uma alfabetização global e uma educação cidadã.

A Educação Popular é aquela que estimula a criação de mecanismos de gestão democrática do sistema educativo, caminhando assim, na contramão da tradição profundamente elitista e autoritária de gestão dos sistemas educativos e da escola em particular.

A Educação Popular entende a escola como um centro aberto à comunidade e, como uma organização aprendente: é a que em lugar de negar a importância da presença dos pais, da comunidade, dos movimentos e organizações sociais na escola, se aproxima destes atores com os quais aprende para a eles poder ensinar também. Como espaço aberto, a escola resgata seu papel de centro educativo da comunidade e como espaço público, transparente e democrático. Como organização aprendente, trata-se de reforçar os mecanismos de escuta e diálogo com a comunidade onde ela se situa.

Também a EP é capaz de contribuir com uma política de ELV ao desenvolver uma pedagogia da interculturalidade que adquire importância crescente no contexto de democratização de nossas sociedades que abrem a possibilidade da emergência na cena pública das diversas identidades étnico-raciais e religiosas que foram sistematicamente excluídas e discriminadas pelo colonialismo e autoritarismo dominantes na história do nosso continente latino-americano. Também a intensidade e complexidade da situação das migrações apontam nessa mesma direção de garantir direitos educativos a estas populações na perspectiva da interculturalidade e valorização de seus saberes.

A construção de uma educação voltada à emancipação humana requer uma pedagogia da autonomia e da participação cidadã para a sua efetivação como possibilidade histórica. Freire (1997) trata da temática da aprendizagem diretamente associada à constituição da autonomia. Enquanto no ideário neoliberal a noção de autonomia vem associada ao estímulo do individualismo e da competitividade, em Freire,



está associada à solidariedade, como compromisso histórico entre homens e mulheres, a uma ética universal do Ser Humano e a uma pedagogia da autonomia. Assim Freire refere-se ao ato de aprender (1997 p.77): “Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.”

Educação popular e participação social

Na perspectiva desse artigo, a participação social refere-se ao conjunto de processos e mecanismos criados pelo poder público para possibilitar o diálogo e a incidência da sociedade civil nas políticas e programas públicos bem como o compartilhamento de decisões sobre as mesmas entre o Estado e a sociedade civil. Trata-se de direito dos (as) cidadãos (ãs) e que deve envolver todos os atores sociais, assegurando isonomia de condições para a participação, sobretudo para os setores historicamente excluídos desses espaços e buscando contemplar a diversidade de sujeitos sociais que constituem a sociedade brasileira.

Neste contexto pode-se afirmar que as diversas práticas participativas que se desenvolvem na perspectiva da democratização dos espaços públicos e das políticas públicas, vêm se constituindo enquanto processos educativos e que vêm proporcionando importantes aprendizados para os atores da sociedade civil e dos governos que nelas se envolvem.

Assim, as práticas deliberativas e de cogestão nos espaços educativos, institucionalizados ou não, são essenciais à construção da qualidade social e democrática dos processos de ELV.

Uma pedagogia da autonomia precisa estar centrada em práticas estimuladoras da participação, da decisão, da corresponsabilidade por parte de todos os atores envolvidos no processo educativo. Diante de argumentos de matriz elitista e conservadora sobre

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



dificuldades para o exercício da deliberação em tais espaços, costumava advertir Freire de que é decidindo que se aprende a decidir.

A necessidade de uma pedagogia democrática para transformar as relações e as formas de exercício do poder funda-se no reconhecimento de que o elitismo e o autoritarismo historicamente operados pelas classes dominantes enraizaram-se profundamente nas sociedades latino-americanas. Portanto, ao afirmar-se a necessidade de construir-se uma democracia integral e uma cidadania ativa para superarmos as múltiplas formas de opressão, estamos nos referindo a novas formas de exercício do poder, ancoradas em uma cultura radicalmente democrática. Para Freire, tanto o diálogo como o conflito são fatores constitutivos de um processo de construção democrática. Este processo só se consolida em uma prática substantivamente democrática a partir de um intenso e criativo trabalho político- pedagógico e ético. Como afirma Freire (1995 p. 45): “Um dos papéis das lideranças democráticas é precisamente superar os esquemas autoritários e propiciar decisões de natureza dialógica.”

A falta de uma compreensão processual e histórica dessa construção democrática tem levado, em alguns casos, a que lideranças políticas se desencantem ante as dificuldades e contradições necessariamente presentes nas práticas que estimulam a participação cidadã e retornem ao pragmatismo conservador das soluções tecnocráticas em nome dos votos obtidos nas eleições e da presunção de que isto lhes dá conhecimento pleno do que o povo precisa.

Daí a importância da advertência de Freire de que uma pedagogia da construção democrática requer uma atitude básica de perseverança e tenacidade por parte daqueles que estão à frente de iniciativas de estímulo à participação cidadã. Aqui, a historicidade sempre presente nas formulações de Freire nos ajuda a compreender tal desafio (1995, p.47):

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



O aprendizado de outra virtude se impõe: a perseverança, tenacidade com que devemos lutar por nosso sonho. Não podemos desistir nos primeiros embates, mas a partir deles aprender como errar menos. Na existência de uma pessoa, cinco, dez, vinte anos representam alguma coisa, às vezes muito. Mas não na história de uma nação.

Em sua passagem como Secretário municipal da Educação da cidade de São Paulo na gestão da Prefeita Luiza Erundina (1989-1992), tendo enfrentado situações cotidianas de conflito na implementação da sua proposta de gestão democrática da política educativa, Freire sempre advertiu de que o conflito era inerente aquele processo e de que a tarefa fundamental estava em “pedagogicizar” o conflito, ou seja, construir espaços de reconhecimento recíproco de interesses distintos, mas também de negociação dos mesmos a partir de regras democráticas pactuadas entre os diversos atores. Como atitude fundamental destaca-se a capacidade de escuta e conversa entre os atores no estabelecimento de diálogo que seja capaz de enfrentar e propor soluções aos problemas em questão.

Assim Leis (2005) bem sintetiza a contribuição que a EP pode dar a uma política de ELV entendida como construção estratégica:

A EP é uma proposta política, ética e pedagógica que propõe uma metodologia transformadora que é válida não só para os fatos educativos, mas também para o processo integral de transformação. Nela prevalece o sentido de PROCESSO de médio e longo prazo que permite superar a visão imediatista e parcializada do fenômeno (LEIS, 2005, p17).

Na mesma linha de reflexão sobre a contribuição da EP na discussão de novos paradigmas afirma Hurtado (2007, p.16):

A contribuição das ideias, o fortalecimento de compromissos e a geração de propostas constituem ingredientes insubstituíveis na busca de um novo modelo civilizatório e de um renovado paradigma educativo que ajude a Humanidade a adequar o conhecimento e a ética aos anseios de uma sociedade que é sim irremediavelmente planetária, globalizada, mas a partir de outro signo. Não mais centrada no mercado e sua ética individualista, competitiva e excludente,

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



mas sim, nos melhores valores de uma ética da vida que contribua com o signo da humanização que foi perdendo-se no transcurso do tempo.

Na formulação de uma proposta de ELV na perspectiva da EP há que se resgatar em Freire sua reafirmada oposição à ética do mercado que anula o indivíduo e propõe a homogeneização de tudo e sua proposição de uma necessária revalorização de uma ética universal do ser humano. Nessa direção aparece o destaque dado por ele aos valores da solidariedade, da autonomia, do respeito à diversidade e à diferença, da humildade, da tolerância, da amorosidade, da perseverança e das atitudes de abertura ao novo e disponibilidade à mudança, de saber conviver criativamente com as incertezas, do gosto pela alegria e pela vida, de identificação com a esperança e recusa aos fatalismos.

Buscando a coerência que devem caracterizar as atitudes nos espaços de conflito e diálogo estão os valores da humildade e tolerância nas relações com o outro e no reconhecimento à diferença como aspecto central de uma cultura democrática. Freire assim explicita esta questão (1995, p.73):

Tolerância e humildade são virtudes fundamentais. Na humildade eu trabalho com a hipótese de que existem outras verdades, mesmo aquelas contra as quais eu luto. Não tem nada a ver com humilhação. E sim com a tolerância não no sentido da convivência, mas no sentido de aceitar a diferença e reconhecer que só podemos crescer na diferença.

A EP deve enfatizar a expansão de programas na perspectiva da ELV em torno da temática do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. As mudanças climáticas globais, a crise na produção de alimentos e de energias renováveis são alguns dos desafios que temos no presente momento. Também o tema de uma revisão de nossos padrões de consumo individuais e coletivos está a demandar iniciativas amplas e urgentes de ações de EP no sentido de provocar mudanças reais na percepção e atitudes diante desses



desafios nas práticas dos movimentos sociais e dos cidadãos (ãs) na vida cotidiana. Brandão (2016) bem sintetiza este grande desafio à educação:

Uma educação voltada amorosamente à vida e responsável por formar pessoas e grupos humanos cada vez mais comprometidos com estender a consciência de sua responsabilidade ao todo de seu mundo, a toda a humanidade e a toda vida existente em nossa casa comum: o Planeta Terra (BRANDÃO, 2016, p.174).

A EP deve buscar enfrentar a complexidade do tema do trabalho decente no século XXI e de que tipos de educação e formação são necessários como respostas a esses novos desafios. As experiências educativas em torno das práticas de economia solidária, da agroecologia e da agricultura familiar são algumas das alternativas de ELV que se desenvolvem hoje na América Latina.

Contribuição das mais importantes de Freire e da corrente da EP para nossa política de ELV foi a de desenvolver uma visão do fenômeno educativo num espaço mais abrangente que o da escola, sem nunca recusar sua importância como instituição educativa. As reflexões de Freire e de outros educadores populares sobre as práticas educativas no interior dos movimentos sociais, das diversas formas de associação e convivência dos grupos populares, na ação dos partidos políticos, na prática de governos, nas distintas manifestações de cultura popular e formas de economia solidária têm dado inegável consistência à necessidade de pensar o âmbito do educativo para além da escola. Por isso as propostas de municípios educadores, de territórios educativos e da intersetorialidade das políticas adquirem força na articulação de processos de ELV.

Na construção de uma nova concepção e prática de ELV é de fundamental importância a questão da participação e do controle social da mesma em todos os níveis da Federação. Trata-se de assegurar a participação da sociedade civil em todos os níveis e espaços de tomadas de decisão sobre os programas e ações educativas que comporão a referida política.



É neste contexto que adquire particular relevância, no debate sobre a Educação Popular, a temática do desenvolvimento com equidade e de uma pedagogia democrática capaz de contribuir para a construção de novas práticas de exercício do poder e de construção de políticas públicas. Reafirma-se a importância da contribuição da Educação Popular na construção de novas formas de exercício do poder, fundamentalmente a partir do terreno da sociedade civil, mas também no exercício das ações de governo, no sentido de que estas estejam constantemente alimentadas e retroalimentadas pela prática viva dos processos e dos sujeitos sociais.

Numa concepção tecnocrática das políticas públicas, estas são elaboradas de “cima para baixo”, fortalecendo uma visão estritamente institucional das ações orientadas à elaboração e implementação das políticas públicas. Nesta visão privilegia-se o trabalho de especialistas e tomadores de decisão. Tradicionalmente prevaleceu no Estado a ideia de que o desafio está em formular uma *política correta* para, em seguida, convocar os distintos atores sociais para conhecê-la e colocar em marcha sua execução. Numa proposta de gestão democrática e participativa, o desafio, portanto, é incorporar os atores sociais em todas as etapas do ciclo das políticas públicas.

Trata-se de empoderar os movimentos sociais para a incidência nas políticas públicas. Os movimentos sociais são atores coletivos estratégicos para as distintas práticas participativas de incidência nas políticas públicas tanto na sua dimensão de acesso equitativo, como de qualidade e gestão democrática. Para isto é necessária a expansão de programas de educação para cidadania ativa dos diversos atores coletivos da sociedade civil como também de governos comprometidos com uma gestão democrática. A EP tem muito a contribuir para a construção de políticas públicas com participação cidadã e para a criação de diversos mecanismos democráticos de controle social sobre as mesmas.



Leis (2005) assim explicita o sentido mais geral dessa participação ativa dos atores sociais no processo das políticas públicas:

O convite que nos faz esta perspectiva é de duas ordens: por um lado, envolver os atores sociais nos diferentes momentos de configuração de uma política, por outro, algo que é mais importante ainda, conceber sua gestão como processo de aprendizagem social contínuo em que a “alternativa correta” deverá construir-se e reconstruir-se a partir do diálogo entre os distintos atores com suas distintas representações, interesses e capacidades. Isto supõe superar o institucionalismo tradicional a favor de uma perspectiva de interdependência entre as instituições, atores e agentes sociais e políticas que mantém uma relativa autonomia (LEIS, 2005, p.14).

Participação social e educação ao longo da vida

Consolidar a participação social como método de construção de uma política de ELV requer uma ação educativa intencionada e planejada para permitir que se desenvolvam comportamentos, atitudes e valores que guardem coerência com uma visão emancipatória de tal política. Para isto é preciso o desenvolvimento de uma pedagogia baseada nas concepções e práticas da EP e que promova:

- a) As práticas deliberativas, ou seja, a possibilidade efetiva do exercício de decidir sobre os assuntos públicos;
- b) As práticas de cogestão, desenvolvendo a atitude de corresponsabilidade e a prática de parcerias entre os diversos atores sociais na resolução de problemas e na construção de alternativas de um desenvolvimento com justiça social, equidade, sustentabilidade, autonomia e emancipação;
- c) A concepção do espaço e do bem público, do sentido do comum, a partir do fortalecimento de esferas públicas, transparentes e democráticas em que se exercite a deliberação a partir de critérios objetivos, impessoais e compartilhados;
- d) Formação de atores da sociedade civil e dos governos para novas formas de exercício do poder em que a transparência das ações, a postura de serviço à comunidade, as capacidades de escutar, dialogar e reconhecer legitimidade no outro são atitudes indispensáveis;



- e) A compreensão dos territórios como espaços de construção social e de identidades, facilitando a ação integrada das políticas públicas e a participação e controle dos cidadãos sobre as mesmas;
- f) A apropriação de conhecimentos técnicos e saberes populares que ampliem a capacidade de cidadãos (ãs) de atuarem como protagonistas de suas práticas e como verdadeiros sujeitos históricos;
- g) O desenvolvimento de instrumentos para o aprimoramento das formas de diálogo, mediação e resolução pacífica e democrática de conflitos;
- h) A autoestima individual e coletiva, capacidades comunicativas, argumentativas e de relacionamento interpessoal e comunitário criando motivação para ações coletivas;
- i) Os valores da solidariedade, da justiça, união, respeito ao outro, tolerância, humildade, esperança, da autonomia, abertura ao novo como elementos de uma ética universal do Ser Humano.

A EP precisa avançar na proposta de ELV no tema da educomunicação e da incorporação de novas tecnologias a partir da perspectiva do seu papel estratégico na democratização de nossas sociedades e nos processos de inclusão social. Os programas de inclusão digital, a utilização de dispositivos móveis nos processos de ensino e aprendizagem, a produção de materiais educativos, utilizando recursos de multimídia, as redes de comunicação alternativas (rádios e TVs educativas e comunitárias), os programas de ensino à distância e as comunidades virtuais de aprendizagem são práticas que desafiam a EP com suas propostas metodológicas, pedagógicas e epistemológicas a possibilitar a utilização destes meios como instrumentos de emancipação humana e ação libertadora.

Vale ainda mencionar que a construção de uma política de ELV deve se nutrir de diversas experiências em andamento e daquelas a serem criadas a partir de um processo de sistematização de experiências na perspectiva da EP.



Para Jara Holliday (2006), sistematizar experiências significa compreender por que este processo está se desenvolvendo desta maneira, entender e interpretar o que está acontecendo, a partir de um ordenamento e reconstrução do acontecido no referido processo. Portanto, na sistematização de experiências, partimos de uma reconstrução do acontecido e de um ordenamento dos distintos elementos objetivos e subjetivos que intervieram no processo, para compreendê-lo, interpretá-lo e, assim, aprender da nossa própria prática. O grande risco está em ficarmos apenas numa reconstrução do acontecido e não passarmos a uma interpretação crítica. No processo de sistematização o eixo principal de preocupação se translada da reconstrução do acontecido e do ordenamento da informação a uma interpretação crítica do sucedido para poder extrair aprendizagens que tenham utilidade para o futuro.

Na concepção da EP o conhecimento é sempre construção social, histórica e coletiva. E a realidade não é nunca simples e parcelada. A realidade é uma, múltipla, complexa, dinâmica e contraditória, enfim, é uma realidade total e complexa. Por isto não pode haver solução para os complexos problemas do mundo globalizado mediante uma abordagem simplificada de caráter especializado.

Muitas vezes, pretende-se superar o mundo das disciplinas isoladas por um enfoque *interdisciplinar*, mediante o qual, supõe-se que a soma das parcialidades poderia alcançar a integração complexa, que já havia sido negada a partir do enfoque dos conhecimentos fragmentados como ponto de partida. Não se trata de somar aritmeticamente, mas de integrar dialeticamente e isto só se alcançará mediante a utilização de um enfoque *transdisciplinar*, ou seja, mediante a superação dos limitados enfoques das disciplinas isoladas, por outros de caráter *integral*, holístico, que partam da visão da realidade total e complexa e possam assim oferecer soluções adequadas e de caráter complexo.



Dentro do enfoque da complexidade, os desenhos dos programas educativos rompem as lógicas dedutivas dos velhos paradigmas. Ao contrário, partem do particular, do específico, da realidade mais próxima. Incorporam as múltiplas dimensões da vida pessoal e social. Assumem o fato de que a realidade é tanto objetiva, quanto subjetiva. Seu método é indutivo e, assim, partem daquilo que é próprio e mais próximo, do objetivo e do subjetivo, do simples e do concreto. É a partir daí que se constrói, de modo indutivo e processual, o conhecimento novo, sempre em diálogo com a teoria já existente.

Por esta razão, a lógica dialética é aquela mais coerente com esse novo enfoque, pois nos permite partir da *prática social* dos participantes e não da teoria abstrata. Desse modo acreditamos que só através de uma *metodologia dialética*, baseada na teoria dialética do conhecimento, que se pode possibilitar que o processo *prática-teoria-prática* dos participantes e/ou dos grupos conduza à apropriação consciente da sua prática, transformando-a permanentemente no sentido da superação dos elementos detectados como obstáculos para que se possa alcançar um desenvolvimento integral e com equidade.

Concluindo, uma política de Educação ao Longo da Vida, nas suas práticas institucionalizadas ou não, pode contribuir em grande medida à concretização de uma Pátria Educadora numa visão de fortalecimento da cidadania ativa e de uma democracia participativa na medida em que incorporar o referencial teórico e prático da EP e adotar a participação social como método na sua construção.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Algumas ideias para pensar uma educação centrada na pessoa e destinada a se estender por toda sua vida. **CONFITEA Brasil+6**. Brasília: MEC, 2016.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



CASTILLO, Adolfo; OSÓRIO, Jorge. *Construcción de ciudadanías em América Latina: hacia una agenda de la educación ciudadana*. Chile, texto mimeografado, 1997.

CÉSPEDES, Rossel Néida. Processos de Incidencia em el CEAAL: A propósito de la defensa del derecho a educación de personas jóvenes y adultas. In: Apuestas Programáticas desde la Educación Popular. **Revista La Piragua**, nº 39, mar. 2014.

FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. São Paulo, Olho D'Água. 1995

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para Sistematizar Experiências**. Brasília: MMA, 2006.

HURTADO, Carlos Nunez (coord). **Diálogos Freire-Morin**. México: CREFAL, 2007.

IRELAND, Timothy Denis; SPEZIA, Carlos Humberto. **Educação de Adultos em Retrospectiva**: 60 anos de CONFITEA. Brasília: UNESCO Representação do Brasil e Ministério da Educação, 2014.

LEIS, Raul. Incidencia política y ciudadanía activa. In: Incidência em Políticas Educativas. **Revista La Piragua**, Panamá: CEAAL, n. 22, 2005.

LIMA, C. Licínio. **Educação ao Longo de Toda Vida**: Entre a mão direita e a mão esquerda de Miró. São Paulo: Cortez Editores, 2007.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



PONTUAL, Pedro de Carvalho. Construindo uma Pedagogia Democrática do Poder. **Revista La Piragua**, Santiago, Chile: CEAAL, n. 11, 1995.

_____. **O processo educativo no Orçamento Participativo**: aprendizados dos atores da Sociedade Civil e do Estado. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. **Estratégias e metodologias de comunicação e formação na construção da rede de observação do Observatório da Equidade**. Brasília. CDES Observatório da Equidade, 2008.

_____. Contribuições de Paulo Freire e da Educação Popular à construção do sistema educacional brasileiro. **Revista e-curriculum**, PUC-SP, v.7, n.3, dez. 2011.

UNESCO, UNICEF, BANCO MUNDIAL, UNFPA, PNUD, ONU Mujeres, ACNUR . **Educación 2030, Declaracion de Inchean y Marco de Accion**. Brasília 2016

Sobre o autor

Pedro de Carvalho Pontual

Doutor em Educação pela PUC-SP e Presidente honorário do CEAAL Conselho de Educação Popular da América Latina. Foi o primeiro coordenador do MOVA-SP Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos no período do Prof. Paulo Freire como Secretário Municipal da Educação da cidade de São Paulo. E-mail: pcpontual@gmail.com.

Recebido em: 10/10/2016

Aceito para publicação em: 03/11/2016